

Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social

Pedrinho Arcides Guareschi

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre, RS, Brasil*

Marília Veríssimo Veronese

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS
São Leopoldo, RS, Brasil*

RESUMO

O artigo propõe a necessidade de pesquisa e intervenção em contextos laborais autogestionários, na perspectiva da psicologia social crítica, diante da invisibilidade que adquirem os atores excluídos do mercado formal de trabalho. Trabalha com os conceitos de sociologia das ausências e das emergências, economia solidária e autogestão, apresentando também uma breve análise dos processos de globalização econômica e seus impactos sociais. Discute resultados parciais de uma pesquisa que revela as dificuldades que enfrentam trabalhadores associados ao buscarem praticar modos alternativos de organização do trabalho.

Palavras-chave: Psicologia social; economia solidária; sociologia das ausências e emergências.

ABSTRACT

Why work with solidary economy in social psychology

The article proposes the need of research and intervention in self-management contexts, in a critical social psychology perspective, considering the poor workers condition of invisibility. It works with the concepts of sociology of absences and emergences, solidary economy and self-management, also introducing an analysis of economic globalizations processes and its social impacts. It discusses partial results of a research work that reveals the difficulties beyond associated workers that search alternative modes of labor organization.

Keywords: Social psychology; solidary economy; sociology of absences and emergences.

RESUMEN

¿Por qué trabajar con economía solidaria en la Psicología Social?

El artículo propone la necesidad de investigación e intervención en contextos laborales autogestionarios, desde la perspectiva de la psicología social crítica, frente a la invisibilidad que adquieren los actores excluidos del mercado formal de trabajo. Trabaja con los conceptos de sociología de las ausencias y de las emergencias, economía solidaria y autogestión, presentando también un breve análisis de los procesos de globalización económica y sus impactos sociales. Discute resultados parciales de una investigación que revela las dificultades que enfrentan trabajadores asociados al buscar practicar modos alternativos de organización del trabajo.

Palabras clave: Psicología social; economía solidaria; sociología de las ausencias y emergencias.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento social a partir da interação com a sociedade é um dos pilares da atuação da universidade. Portanto, faz-se necessário um corpo denso de pesquisa e intervenção, para que a partir da análise crítica da realidade social, possamos intentar transformá-la. Estamos imersos em grande complexidade social; vivemos, na contemporaneidade, um tempo de fluxos e contra-fluxos, onde levantam-se hegemonias e contra-hegemonias de diversas naturezas e portanto qualquer

leitura monolítica da realidade infalivelmente será parcial e incompleta.

Contudo acreditamos que pode-se hoje, em nível societal, conceituar o hegemônico – midiática, cultural e economicamente falando – como o conjunto de resoluções contido no Consenso de Washington, ou consenso neoliberal globalizante, ele próprio um fator de subjetivação importante na sociedade contemporânea. É o que fazemos no texto que segue, o qual apresenta a economia solidária como um modo de organizar o trabalho diverso do hegemônico. Como

tal, é foco de interesse da psicologia do trabalho cujo objetivo é a descoberta das possibilidades e riquezas do mundo do trabalho para o sujeito que nele atua. Na esteira desse pensamento, apresentamos também a contribuição vinda da sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003) com a sua proposição da sociologia das ausências e das emergências.

Foi o referido consenso que nos trouxe ao mundo que temos hoje, conforme argumenta Santos (2001) em seu texto sobre os processos de globalização. Nesse trabalho, o autor identifica os traços principais da vertente socioeconômica contemporânea aqui em análise. Apesar de já se falar em um mundo pós-neoliberal, a partir da ascensão da esquerda política ao poder executivo em alguns países sul-americanos, para fins dessa análise, tomamos a globalização no aspecto econômico, o das consciências nefastas – e cujos efeitos ainda são muito atuais – do consenso de Washington para a periferia do sistema mundo globalizado.

Seus traços são os seguintes: As economias nacionais devem abrir-se ao mercado global e os preços locais devem ajustar-se a estes; a prioridade deve ser a economia de exportação e as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação, além da vigilância sobre a balança de pagamentos; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado e os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; deve ser garantida a mobilidade dos recursos, investimentos e lucros e a regulação estatal deve ser mínima, reduzindo-se o “peso” das políticas sociais do orçamento do Estado, além da exigida subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais do tipo Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial (Santos, 2001).

As mudanças institucionais, geográficas, urbanas, societárias, laborais – para citar algumas das principais dimensões – são sabidamente profundas. E os países periféricos ou semiperiféricos do sistema-mundo são os mais atingidos pelo receituário neoliberal, embora até mesmo países como Canadá ou Suécia tenham sido penalizados (com cortes em gastos públicos) durante os anos noventa, devido a pareceres desfavoráveis a investimentos internacionais feitos por agências financeiras de *rating*. Estas agências são especializadas em avaliar riscos e oportunidades que os países oferecem aos investidores internacionais.

É referida a emergência de uma *classe capitalista transnacional*, cuja principal forma institucional são as empresas multinacionais. O dado que 70% do comércio mundial, em 1996, era controlado por quinhentas (500) empresas multinacionais é bastante alarmante,

quando se trabalha com a idéia de um mundo plural e mais equânime. O conceito de classe social ainda é importante para entender a sociedade contemporânea, mas precisa ser, obviamente, ressignificado (Santos, 2001).

Contudo a desigualdade é mais feroz nos países fragilizados por sua condição de periferia, historicamente explorados através de relações coloniais predatórias. Vejamos, então, aonde o consenso neoliberal, fortemente defendido na mídia pelos conglomerados que detêm a comunicação de massa – também significativo fator de subjetivação, – nos trouxe, analisando a situação de desigualdade produzida e/ou aprofundada nas duas últimas décadas, conforme dados apresentados por Santos (2001, p. 39-40). Estes dados estão baseados em relatórios da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) e do Banco Mundial no ano de 2001:

- É confirmado que 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram seu PIB decrescer durante as décadas de 80 e 90, em 35% na média;
- Mais de 1,2 bilhões de pessoas vivem na pobreza absoluta, com menos de um dólar por dia e outros 2,8 bilhões com pouco menos de 2 dólares por dia;
- O conjunto dos países pobres, onde vive 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% da renda mundial, e o conjunto dos países ricos, onde vive 14,8% dos habitantes do planeta, é dono de 78,5% da renda. Para manter o padrão dos muito ricos, há que empobrecer os muito pobres.
- Uma família africana média consome hoje 20% menos do que há 20 anos, tendo decrescido a produção de alimentos na África nesse período;
- Em 2001, nos Estados Unidos, concentravam-se 79% dos utilizadores da Internet, o que mostra o quão longe estamos da sociedade da informação verdadeiramente global;
- A riqueza dos três bilionários mais ricos do mundo excede a soma do PIB dos 48 países mais pobres do globo, concentração de renda sem precedentes na história contemporânea;
- No próprio país líder da globalização neoliberal, os EUA, a desigualdade aumenta de forma galopante: já no início dos anos 90, 1% das famílias detinham 48% da riqueza do país e as 20% mais ricas, 80% da riqueza;
- No final de 1998, 968 milhões de pessoas não tinham acesso à água potável;
- Os países pobres sofrem 90% das doenças que ocorrem no mundo, e não têm mais de 10% dos recursos gastos em saúde;

- Morreram mais de 12 milhões de crianças abaixo de 5 anos de doenças curáveis como malária, tuberculose e diarreia, sendo que 0,1% dos recursos destinados à pesquisa médica e farmacêutica são aplicados nestes problemas e a quase totalidade vai para pesquisa em doenças mais frequentes nos países ricos, como o câncer e doenças do coração;
- A América Latina representa 4% das vendas farmacêuticas globais e a África, 1%;
- A África paga 1,31 dólar de dívida externa para cada dólar recebido em ajuda internacional, o que demonstra o cinismo que envolve programas humanitários dos países ricos, os quais encobrem mecanismos de transferência de riqueza dos pobres para os ricos.

A ciência econômica que produz tal consenso gera suas antinomias, é certo, tais como a chamada *economia solidária*, da qual estaremos tratando mais detalhadamente a seguir. Em paralelo, a ciência psicológica que acredita que nós psicólogos nada temos a ver com isso, fere o senso ético dos/das psicólogos/as preocupados com o tipo de subjetividade que, não só desconhece tal situação, como a pode aceitar sem dilemas, caso venha a conhecê-la.

A psicologia social do trabalho vai trabalhar com o conceito de subjetividade como produção de criatividade, de singularidade e portanto capaz de oferecer resistência aos processos de massificação.

Uma das formas de resistência ao consenso global, em termos de trabalho e sociedade, seria justamente a economia solidária, por ser regida na direção de uma lógica oposta à da troca desigual, criando espaços de sociabilidade, produção e comércio em pequena escala, comunitários, buscando a auto-sustentabilidade e a cooperação e participação de todos.

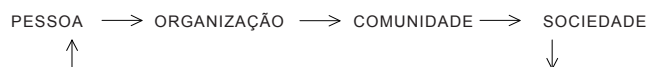
A palavra *solidária* deriva do vocábulo latino *sólidu*, significando força, união, adquirindo um sentido moral ao vincular-se à idéia da justiça e da união entre as pessoas para o bem comum (Mance, 1999). A economia, segundo o dicionário Houaiss (Houaiss e Villar, 2001, p. 1096), é “a ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos necessários ao bem-estar”, ou ainda, “aproveitamento racional e eficiente de recursos materiais; arranjo e/ou modo de funcionar dos diversos elementos de um todo”.

É nas razões da emergência de um campo como a economia solidária que a psicologia vai buscar elementos para analisar, criticamente, a relação que os sujeitos ali estabelecem com o seu trabalho.

A economia solidária abrange, porém, um amplo espectro de expectativas, experiências e práticas. Como

princípios geradores de sua ética, estão os valores de boa convivência humana entre si e com o ambiente. Muitas experiências populares de produção econômica e de geração de renda, no Brasil e em outros países, estariam formando uma economia popular fundada na cooperação solidária e integrada à economia de mercado, segundo uma lógica não-mercantil (Singer, 1999; 2001; 2002a; 2002b).

As formas de trabalhar estariam conectadas não apenas à produção e distribuição de produtos e serviços, mas à criação e recriação da vida em sociedade. Há, portanto, uma interação intrínseca nos seguintes níveis sociais:



Os modos de trabalhar acabam produzindo novas aprendizagens, responsáveis pela comunidade em muitos de seus aspectos: Alimentação, arte, ecologia, educação etc. Eles constituem uma base empírica de experimentação socioeconômica, podendo confrontar interesses tanto do grande capital como da máquina estatal. Contudo, como coloca Coraggio (2002), não se trata de ser antimercado ou antiEstado, como na oposição clássica do pensamento do século XX. A economia solidária precisa de mercados (parcialmente) regulados e livres de monopólios, para constituir redes, trocas e atividades que a tornem efetiva e sustentável. Da mesma forma, necessita de uma economia pública comprometida com as maiorias que pretende representar, bem como de um poder público responsável e democrático.

O valor central da economia solidária é o trabalho, bem como o saber e a criatividade humanos, e não o capital-dinheiro e sua propriedade. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda a coletividade, a economia solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado. Sendo a referência da economia solidária cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema (Coraggio, 2001). O primado do valor de uso e não do valor de troca, numa linguagem marxista.

Pela via das universidades, das escolas, dos espaços públicos, da arte, da comunicação de massa, das ONG's, a sociedade pode produzir discursos diferenciados – e diferenciadores. Capazes de fazer a diferença e contribuir com elementos novos para compor as subjetividades humanas no mundo contemporâneo:

seriam as “Estratégias de construção do Presente” (ABRAPSO, 2003) visando um futuro melhor.

Para desenvolver esse tipo de pensamento, auxílio precioso vem do trabalho de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003). Passamos agora a definir melhor as considerações baseadas nessas idéias.

A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS

A sociologia das ausências é o procedimento sociológico que visa descobrir as experiências do mundo que permanecem ausentes da esfera pública global. Conferir importância, credibilidade e um maior protagonismo social a semelhantes experiências significa trabalhar com um conceito mais amplo e inclusivo de sociedade e de sujeito social.

Nessa perspectiva, pequenas experiências e organizações são tão importantes como grandes empresas e compõem uma sociedade plural e mais equitativa em termos de oportunidades. A partir do reconhecimento e credibilização dessas ausências, emergem novas possibilidades para o futuro. Esta é a lógica da sociologia das ausências e emergências, que por sua vez incluem-se na lógica da racionalidade cosmopolita.

O tipo de racionalidade cosmopolita seria definido por sua amplitude de linguagens e sua absoluta recusa em excluir o diferente. Por isto o termo cosmopolitismo, que não se confunde com “o cidadão do mundo”, mas sim com uma forma de ser e entender que respeita (e considera credíveis) concepções diversas da sua.

A busca é a da transformação qualitativa do senso comum, no sentido emancipatório, num senso comum solidário, participativo, reencantado (Santos, 2000). O que há, na economia, que não se resume à lógica financeira do mercado? Que ausências são produzidas para serem ausentes? Que outras racionalidades existem para serem transformadas em emergências? Essas indagações estão presentes para o pesquisador ou pesquisadora que se dedica à sociologia das ausências. O resultado é a expansão ou dilatação do presente, que fica mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem.

Existem algumas formas de produzir não-existências, que se corporificam em algumas lógicas de pensamento, apontadas pelo autor. Vejamos a cada uma por vez, brevemente:

- **Monocultura do saber**, que somente credita valor ao saber científico.
- **Monocultura do tempo linear**: O que é contemporâneo quem decide são os países centrais do sistema-mundo ocidental-capitalista.
- **Lógica da classificação social**: As assimetrias entre raças, sexos, gêneros, etnias e classes

sociais assumem um caráter natural, e quem é “inferior” jamais será alternativa credível para quem é “superior”.

- **Lógica da escala dominante**: O global é a escala dominante por excelência; o local e o particular não constituem alternativas credíveis, a não ser que se submetam às regras dominantes.
- **Lógica produtivista**: Tanto a natureza quanto o trabalho devem estar a serviço da lógica da frenética produtividade. Formas alternativas de produzir, como modos familiares de agricultura orgânica, são “atrasados” ou “primitivos”.

São cinco, conseqüentemente, as principais formas sociais de não-existência que assume aquele sujeito ou grupo social que foi excluído como alternativa credível, como possibilidade de presença reconhecida na esfera pública. Então, o não-existente será:

- **O ignorante, o residual, o inferior, o local, e o improdutivo.**

A sociologia das ausências propõe substituir a monocultura do saber científico por uma **ecologia dos saberes**. A premissa é de que não há ignorância em geral, a não ser relativa a certo saber. Ressalto ainda a **ecologia da produtividade**, na qual se valorizam sistemas alternativos de produção e consumo, como os presentes no campo da economia solidária; cooperativas operárias, empresas autogeridas, pequenas associações, etc. Comum às ecologias, é a idéia de que a realidade não pode ser resumida ao que existe.

Valorizando o “alternativo”

Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das *experiências* sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das *expectativas* sociais. Novas experiências de geração de trabalho e renda, bem como de identidades sociais localizadas, podem e devem ser reconhecidas, apoiadas e consideradas tão propulsoras de desenvolvimento quanto, por exemplo, uma grande fábrica automotora que venha instalar-se numa região pobre.

As experiências de desenvolvimento, trabalho e produção modestas e “alternativas” (considerando a escala local em que se desenvolvem) são formas e modos diversos de economia popular solidária, também encaixando-se aqui o comércio justo em oposição ao comércio livre. A questão é reconhecer que cabem muitas totalidades no real, todas necessariamente parciais.

No mundo contemporâneo, vivemos uma espécie de “morte” do contrato social, o qual constitui num regime geral de valores voltados para o bem comum. Este último está em crise, desacreditado; e nesse vácuo emerge o fascismo social (Santos, 2003).

O fascismo social não é reconhecido como tal pela sociedade em geral; talvez, novamente, em virtude do problema da temporalidade. O tempo-instante da frenética vivência dos tempos mutantes (Grisci, 2000) colapsa as sequências de acontecimentos, reduzindo-as a um presente infinito que trivializa as alternativas por via da sua multiplicação tecno-lúdica, fundindo-as em variações do sempre igual. “Longo prazo são os próximos 10 minutos” (Santos, 2003, p.23). As imagens da mídia, bem como a experimentação da vertigem temporal, agem eclipsando o fascismo enquanto tal. O contrato social é atacado e vilipendiado, progressivamente.

Na esfera laboral, temos novos vínculos contratuais sem estabilidade, supremacia do consenso de Washington e um verdadeiro caos em termos de convivialidade e sobrevivência, com a experimentação de uma angústia extrema que a psicologia parece não dar conta com o seu instrumental convencional; o trabalho deixa de ser suporte da cidadania, perde o seu estatuto político. O fascismo social referido não existe como regime político, mas antes como regime social ou civilizacional, bastante “pluralista” e produzido não somente pelo Estado e mercado, como por outros agentes com interesses específicos e com forte influência midiática.

O fascismo social, portanto, produz uma sociedade civil estratificada, que o autor vai subdividir em sociedade civil íntima, sociedade civil estranha e sociedade civil invisível. Identifica nas sociedades ocidentais contemporâneas, especialmente nos centros urbanos, um núcleo central com cidadãos acesso a direitos civis, um círculo intermédio misto com baixa inclusão e exclusão total dos direitos sociais. Visualizando, na figura baseada em Santos (2003, p.25):

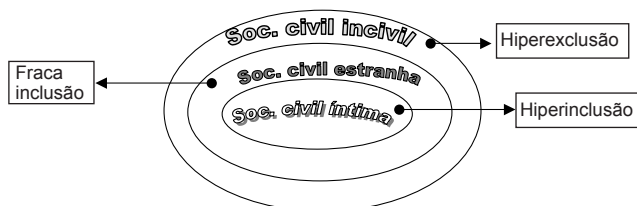


Figura 1 – Esquema do fascismo social

O primeiro nível goza plenamente de direitos políticos, culturais e socioeconômicos; o segundo nível possui acesso escasso aos direitos socioeconômicos e também aos culturais, ou pós-materialistas. E o terceiro nível é aquele que, mesmo produzido para ser invisível, aparece na sua mais absoluta exclusão de qualquer direito dentro do sistema local e do sistema-mundo, eventualmente aparecendo sob a forma de

criminalidade; sendo nesse caso tratado como a causa, não como a consequência, dos problemas do sistema-mundo globalizado.

A hiperinclusão convive com hiperexclusão, resultando numa polarização social de lamentáveis proporções. As alternativas concebidas pelo autor seriam construídas a partir de uma aliança dos diversos segmentos da sociedade para buscar formas de superar o fascismo social. Nesse sentido, as experiências de economia solidária podem e devem ser estimuladas, reconhecidas, incentivadas e apoiadas.

Como o emprego formal não dá mais conta de absorver a mão de obra existente e a informalidade muitas vezes deixa o/a trabalhador/a entregue à própria sorte, o associativismo e cooperativismo podem ser uma resposta à questão econômica, social e psicossocial, na medida em que o grupo fortalece as individualidades que a partir dele desenvolvem-se e constroem a sua dignidade.

A AUTOGESTÃO

O objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não maximizar o lucro com a venda do produto ou serviço. O excedente terá sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembléia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e modos de gestão do trabalho – em graus muito variáveis na realidade empírica da economia solidária – é o objetivo do empreendimento econômico solidário, seja ele cooperativo, associativo ou comunitário.

A autogestão é outro critério importante no campo; ela diferencia-se da heterogestão onde um patrão, chefe, supervisor, ou consultor nos modelos de gestão contemporâneos, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações *da* e *na* produção. Na autogestão, cada um deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como processo produtivo, férias, formação profissional, partilha de ganhos financeiros etc. É um processo difícil, um dos maiores desafios desses empreendimentos, talvez mesmo seu ponto nevrálgico. O sujeito é interpelado a ser seu próprio gestor, geralmente tendo toda uma história de subordinação nas experiências anteriores de trabalho, heterogestionárias e autoritárias. O custo psicológico pode ser significativo, e a tendência a projetar em outrem as atividades ligadas à gestão, repetindo o modelo anterior, único repertório conhecido, reaparece frequentemente.

A autogestão é definida por Albuquerque (2003) como o conjunto de práticas que propicia a autonomia de um coletivo responsável pela concepção e decisões dos processos de gestão, mas entendida como um

fenômeno multidimensional que ultrapassa a noção de gerência, pois abrange aspectos políticos, geopolíticos, técnicos, sociais etc.

UM REGISTRO EMPÍRICO E SUA ANÁLISE: A COOPERATIVA COMPRAS COLETIVAS

A partir de um estudo de caso realizado em uma cooperativa urbana da cidade de Porto Alegre (RS), entre os anos de 2001 e 2003 (Veronese, 2004), pôde-se empreender uma análise das práticas autogestionárias – ou da tentativa de alcançá-las – em um caso específico, o que pode fornecer bons subsídios para compreender as dificuldades que eventualmente estão contidas nos processos de cooperativismo em geral.

O *Compras Coletivas* foi, durante os anos de 2000 a 2002, uma cooperativa que tinha como meta o abastecimento familiar, vendendo produtos alimentícios, de limpeza etc. Possuía no início do processo da pesquisa quatrocentos e vinte sócios, sendo o grupo administrador propriamente dito composto por aproximadamente dez sócios. Nas questões de formação, o grupo refletia sobre economia solidária e orientava para a prática do consumo ecológico (CAMP, 2001).

O *Compras Coletivas* adquiria os produtos de fornecedores variados; a partir daí, organizava os estoques em um galpão, num prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em região central. Trabalhando com listas de produtos e entrega de ranchos a domicílio, buscava cooptar clientes entre associações de moradores e outros produtores da economia solidária.

Possuía também uma cozinha industrial que atendia eventos como coquetéis e festas, além de servir refeições, durante um certo período, na própria sede do *Compras Coletivas*, com enfoque em alimentação naturalista, produtos integrais e orgânicos. A equipe de nutricionista e cozinheiras dividia as sobras de seu trabalho e pagava uma taxa pelo uso dos equipamentos da cozinha aos outros sócios do *Compras*.

O grupo responsável, que avalizou a pesquisa, era composto dos sócios diretamente envolvidos na gestão do empreendimento, que chamavam as assembléias gerais em momentos decisivos. Um deles, segundo as entrevistas, “estava” administrador principal, devendo, conforme princípios da gestão coletiva, tal ocupação ser alternada com outros sócios do empreendimento. Todos defendiam princípios democráticos e participativos de autogestão.

Na prática cotidiana, porém, as relações entre eles e o modo de gestão acabaram reproduzindo as tradicionais relações autoritárias em desequilíbrios danosos de poder, como se pode observar nas narrativas dos participantes (Veronese, 2004). Talvez como reflexo dessa realidade própria, a cooperativa enfrentou, ao longo de dois anos e meio, muitos problemas de relacionamento interno

e com os parceiros aos quais ligava-se. Os problemas ocorreram na condução do seu processo de gestão, e eram de ordem financeira, administrativa e laboral, o que culminou em perda de sócios, de crédito e em graves problemas que culminaram na inviabilidade do empreendimento. Contraíram dívidas com banco e com a ONG's que os incentivou; e na época de conclusão da coleta de dados, em 2003, o grupo remanescente esforçava-se no processo de encaminhar tais problemas, para recomeçar o trabalho formando outra cooperativa.

Vejamos como um dos participantes resume o que aconteceu:

“C – Houve mais dificuldades que acertos no nosso caso!

CH – O projeto era bom, o grande problema foi o despreparo da gente como coordenação, como cooperativa; a gente não tinha experiência, tudo era novo pra nós. A gente se dividiu, o coordenador era a pessoa que mais entendia da parte legal, e a gente confiou nesse coordenador, mas ele foi sem sorte na coordenação..., até por uma simples coisa: falta de transparência. Quando não deu mais, ele caiu fora. Antes, na amizade..., assina isso, assina aquilo, os sócios sem saber direito o que era... Ele teria que ter dito, ele tinha a obrigação de conversar com o conselho deliberativo, eu fazia parte desse conselho, mas fui ignorado. A grande verdade é que a culpa é de todos... juridicamente não tem como dizer que a culpa é dele. Eram vários coordenadores gerais. Tinha um professor de matemática, uma pessoa bastante mais desenvolvida que a gente, e todos se omitiram igual...

O processo de gestão não partiu, portanto, dos princípios do cooperativismo e da autogestão. O caso exemplifica uma condição comum aos empreendedores coletivos: Aqueles que dispõem de menos recursos de formação profissional e educação formal, omitem-se por acharem-se incompetentes, por trazerem resquícios muito vivos de experiências anteriores de subordinação. Percebem-se, assim, inadequados e insuficientemente preparados para conduzir o empreendimento em moldes democráticos e participativos.

A partir disso, verifica-se a necessidade de uma pedagogia problematizadora numa constante qualificação das relações entre os sócios de qualquer empreendimento associativo. É preciso trabalhar com alto nível de dialogia, com uma proposta que possa produzir maior apropriação dos princípios autogestionários, com a presença dos vetores tanto da solidariedade quanto da capacidade administrativa. O modelo a seguir (Fig. 2), baseado no trabalho de Gaiger (2004) clarifica a questão.



Figura 2 – Vetores e dimensões dos empreendimentos econômicos solidários.

É preciso, para efetuar uma educação para o trabalho direcionada para essas duas lógicas, que desenvolva a emergência das ausências na esfera laboral, na perspectiva daquele sujeito ou sujeitos que se consideram incapazes de conduzir um processo de autogestão. Para considerarem-se capazes, precisam apropriar-se do conceito (torná-lo próprio, torná-lo seu) e de seus desdobramentos e demandas, para então vivenciá-lo no coletivo, aprendendo e ensinando simultaneamente a atingir a eficiência, eficácia e viabilidade *com* solidariedade, justiça, equidade e participação.

Para tanto, as ciências sociais, em especial a psicologia e a pedagogia, podem dar a sua contribuição, atuando junto aos grupos para que efetivem e desenvolvam as formas alternativas de trabalhar e de viver em sociedade. Além da contribuição no plano da teoria – desenvolver conceitos sob a perspectiva socio-psicológica da autogestão – a intervenção junto aos grupos-sujeitos dos processos é a resposta à pergunta que fazemos no título desse texto: eis porque trabalhar com economia solidária na psicologia social.

É de extrema importância que a organização do trabalho permita a singularização do sujeito que trabalha. A singularização significa o processo no qual o sujeito se converte em agente de criação e ruptura (Rey, 2003). A singularização no trabalho vai passar, também, pela possibilidade de vivências dialógicas, que se são sofridas, – e o sofrimento sempre estará presente, como a dimensão pática¹ da experiência – pelo menos não impedem os processos singulares de apreensão das vivências.

Segundo dados do mapeamento nacional da economia solidária,² mais de 22.000 empreendimentos

atuam hoje no Brasil sob a forma de autogestão; apesar das enormes dificuldades e dos graus muito variáveis de práticas autogestionárias, assistimos à emergência de novas identidades em torno da posição de *socio-trabalhador* (Veronese e Estevez, 2009). Não mais de empregado, funcionário ou patrão; mas parte de um coletivo que busca se autogerir. Como todo processo complexo e relativamente novo, precisaremos acompanhar seu desenvolvimento, junto aos empreendimentos econômicos solidários, na esperança que caminhos de emancipação para os trabalhadores e trabalhadoras possam ser trilhados nessa construção.

A busca de maior protagonismo para trabalhadores/as e cidadãos/ãs no cotidiano é parte dos processos de subjetivação num sentido empoderador e emancipatório, entendendo essa última instância como a possibilidade de criar formas mais solidárias de vida; não num sentido único – a classe trabalhadora como um todo a libertar-se da exploração –, mas em muitos e diversos sentidos. Não emancipação, mas *emancipações*; os sujeitos, ao construírem um cotidiano mais solidário, através de relações mais equânimes entre agentes econômicos, entre gêneros, entre vizinhos, entre famílias e entre sócios, inventam muitas formas de emanciparem-se. Essa rica experiência não pode ser desperdiçada, mas sim promovida.

REFERÊNCIAS

- ABRAPSO. (2003). Estratégias de Invenção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo. XII Encontro Nacional da Abrapso. 14-27 de outubro. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Albuquerque, P. P. (2003). Autogestão. In Cattani, A. D. (Org.). *A outra economia* (pp. 20-25). Porto Alegre: Veraz Editores.

- Appadurai, A. (1999). Globalization and the research imagination. *International Social Science*, 160, 229-238.
- CAMP. (2002). *Economia Popular Solidária. Pesquisa Ação*. Porto Alegre: CAMP.
- Coraggio, J. L. (2001). *Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa*. Presentación en el II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad. Disponível em: <http://www.fronesis.org/jlc/QuebecJLC.doc>
- Coraggio, J. L. (2002). *La propuesta de la economía solidaria frente a la economía neoliberal*. Conferência proferida no II Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.fronesis.org/otros/publictema4.htm>
- Gaiger, L. I. (1999). *O trabalho ao centro da economia popular solidária*. Caxambú, XXIII Encontro anual da ANPOCS.
- Gaiger, L. I. (2001). *Economia popular solidária: Uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de Trabalhadores*. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Gaiger, L. I. (2004). *A economia solidária e a educação*. Grupo de Pesquisa Economia Solidária. PPG Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/> (Acessado em 13/07/2004).
- Grisci, C. (2000). *Trabalho, tempo e subjetividade: A reestruturação do trabalho bancário*. Tese de doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Guattari, F. (1992). *CAOSMOSE: Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mance, E. (1999). *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (1996). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (Org.). (2001). *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Santos, B. S. (2003). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.
- Singer, P. (2001). *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002a). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2002b). A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil (pp. 81-103). In Santos, B. (Org.). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira
- Veronese, M. V. (2004). *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Tese de doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Veronese, M. V. & Esteves, E. (2009) Identidade. In Cattani, A., Laville, J. L., Gaiger, L. I e Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.

Recebido em: 02/05/07. Aceito em 11/03/08.

Notas:

¹ Dimensão do *pathos*, como sofrimento – ou paixão – inerente aos processos humanos.

² A Secretaria Nacional de Economia Solidária com o objetivo de proporcionar a visibilidade e articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Informações no site: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>

Autores:

Pedrinho Arcides Guareschi – Doutor em Psicologia Social e Comunicação. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Marília Verissimo Veronese – Doutora em Psicologia pela PUCRS. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Endereço para correspondência:

Pedrinho Arcides Guareschi
Rua Carazinho, 145/302 – Petrópolis
CEP 90460190, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: mariliav@unisinis.br